



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Processo Administrativo eletrônico nº 6423/2024

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA EMPRESA LICITANTE HABILITADA E VENCEDORA DO CERTAME POR APRESENTAR MAIOR DESCONTO E MENOR PREÇO. ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA INFERIOR A 75% DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO (ART. 59, §4º DA LEI N. 14.133/21). PRESUNÇÃO RELATIVA E NÃO ABSOLUTA. LICITAÇÃO QUE TEM POR OBJETIVO SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO QUE JUSTIFICA A RELATIVIDADE DA PRESUNÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA DO SERVIÇO LICITADO. PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.

A Recorrente, PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. interpôs Recurso Administrativo em face da decisão que " *julgou habilitada a licitante* " WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., alegando, em síntese, a inexecuibilidade do contrato, pois o valor apresentado por ela, bem como pelos participantes: CONSTRUTORA MICA RIO LTDA., CORZARQ. STUDIO TOPOGRAFIA E ARQUITETURA LTDA. e FERREIRA & REZENDE ENGENHARIA LTDA., foi inferior a 75% do valor orçado pela Administração Pública, nos termos do que dispõe o artigo 59, §4º, da Lei nº 14.33/2021, requerendo, ao final, a reforma da "*decisão administrativa que declarou vencedora*" a empresa com maior percentual de desconto.

A empresa vencedora apresentou suas contrarrazões sustentando, resumidamente, que o objetivo na licitação é a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sendo a mesma possível e que a alegada inexecuibilidade não é absoluta, defendendo uma interpretação jurídica para conciliar a segurança e a eficiência nos certames, com a flexibilidade das propostas, de modo a permitir a aferição da sua exequibilidade. Além disso, demonstra que o serviço de topografia não faz parte da classe de obras e serviços de engenharia, o que já seria suficiente para concluir pelo indeferimento do recurso interposto.

Não bastasse isso, é informado que o órgão fiscalizador é o CRT-RJ e ao final pede pelo indeferimento do recurso administrativo.

Trata-se de questão meramente de direito, relativa à interpretação ao art. 59, §4º da Lei n. 14.133/21, sobre a presunção de inexecuibilidade das propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração das obras e serviços inserta no referido dispositivo legal é absoluta ou relativa.

Ao observar o teor do §4º do referido dispositivo legal, é possível se ter a impressão de que a presunção é absoluta. Entretanto, avaliando o dispositivo de forma mais ampla, tem-se que o §2º, ao estabelecer que "*a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada*", confirma a tese de que a presunção mencionada é relativa, devendo ser facultado ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Contudo, deve-se ter em mente que a licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecutabilidade prevista no §4º do artigo 59, da Lei nº 14.133/21 não deve ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, para constatar se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecutabilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente.

A jurisprudência sobre o assunto ainda é escassa, pois a legislação é nova, mas já encontramos julgado com o entendimento de que a presunção de inexecutabilidade não é absoluta, conforme se vê:

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação promovida pelo Município de Matão para execução de serviços de limpeza urbana. Desclassificação da impetrante por ter a Administração entendido que a proposta por ela apresentada era inexecutável. Pretensão da apelada de que lhe seja concedida oportunidade de demonstrar a executabilidade de sua proposta. Possibilidade. Presunção de inexecutabilidade das propostas de obras e serviços de engenharia inferiores a 75% do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º da Lei n. 14.133/21) que é relativa e não absoluta. Licitação que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que justifica a relatividade da presunção, independentemente da natureza do serviço licitado. Sentença que concedeu a ordem. Recursos oficial, considerado interposto, e voluntários não providos.

(TJ-SP - AC: 10045282320228260347 Matão, Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento: 22/08/2023, Data de Publicação: 23/08/2023)

Nessa direção, em sintonia com a ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (coordenadora em Licitações e Contratos Administrativos Inovações da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, 2a edição, editora Forense, p.160):

"Por seu turno, os incisos III e IV do mesmo art. 59 tratam das hipóteses de desclassificação das propostas atreladas ao fato preço e tendo como parâmetro de análise o valor estimado da contratação: a) preço final, após a fase de lances e a tentativa de negociação promovida pelo agente de contratação (art. 61), acima do valor estimado: necessária desclassificação da proposta em razão da parte final do inciso II do art. 59 da NLL; b) preço consideravelmente inferior ao valor estimado que gere suspeita quanto à viabilidade econômico-financeira da oferta de duas naturezas: b.1) presunção absoluta de inexecutabilidade, quando a inviabilidade da oferta seja manifesta e evidentemente irrefutável: o agente de contratação procederá à desclassificação da proposta, de forma justificada e demonstrando a partir do conjunto de indícios e em cotejamento com os dados oriundos da estimativa de valor de mercado a implausibilidade de comprovação idônea da viabilidade econômico-financeira da oferta; b.2) presunção relativa de inexecutabilidade, quando os valores ofertados "forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração" (§ 4º): o agente de contratação, nos termos do inciso IV e do § 2º do art. 59, deverá necessariamente conceder ao licitante a oportunidade de afastar tal presunção mediante a comprovação da executabilidade dos preços praticados, sendo-lhe vedado desclassificar, de pronto, a proposta".





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Por outro lado, coligado com a análise do artigo 59 da Lei nº 14.133/21 de forma geral, especialmente seu §2º, caso haja necessidade, entendo que pode haver a oportunidade de ser comprovada a exequibilidade da proposta inferior a 75%.

Porém, considerando que o objeto é a contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de Topografia em terrenos de propriedade do município ou de interesse público e que o efetivo pagamento só deve ocorrer após a realização e não por etapas conforme cronograma, o contratado somente receberá se realizar a contento o trabalho.

Desta forma, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado.

Ao Setor Técnico da SECPLANGE para manifestação.

São José do Vale do Rio Preto, 08 de maio de 2024.

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA

Procurador Geral do Município

OAB/RJ 98.018





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

29107E8E980B4998AA24CC7AEF2C2855

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/29107E8E980B4998AA24CC7AEF2C2855>